

## A EVOLUÇÃO DO IDEÁRIO ECONÓMICO EM BASÍLIO TELES



Compreender Basílio Teles é, necessariamente, implica saber como ele é um apaixonado pela ciência<sup>1</sup>. A modelação do seu pensamento permite-nos percebermos uma evolução positiva dos diversos saberes científicos e que estes progredam com uma autonomia científica. A estratégia (política e moral) utilizada por cada filósofo traça um caminho próprio e único. Basílio Teles tinha uma característica diferente dos homens da sua época, pois encarava o Homem como um todo. A sua positividade levava-o a dividir os saberes, inicialmente, para depois os manusear de maneira a interligarem, a interagirem e a reflectirem-se com o objectivo de perceber o Homem na sua totalidade<sup>2</sup>. Talvez por isso, quando falo em ideário, (seguindo o pensamento de Basílio Teles) refiro-me às ideias subjacentes ao Homem, enquanto ser social, económico, intelectual e religioso. O pensador preocupava-se em perceber a evolução do homem perante a produção agrária. Tinha sempre presente o conceito de justiça na aplicação dos impostos de forma a perspectivar uma melhoria social do lavrador. A avaliação dos impostos e a sua fórmula matemática, relacionava-se (em Basílio Teles) com a ciência moral, isto é, com a ideia de direito e a de justiça. Esta característica levou-o a questionar o modo como a riqueza deveria ser repartida, seguindo Blanqui e Garnier<sup>3</sup>.

O conceito de progresso – por ele definido –, é baseado no pressuposto de que o Homem alcançará a harmonia social. O publicista compartilhava o cepticismo latente nos pensadores da época sobre o estudo da economia portuguesa, mas não o achava um fatalismo<sup>4</sup>. Acreditava na mudança. O que importava era denunciar os erros do

---

<sup>1</sup> Basílio Teles foi aluno da Escola Médico-Cirúrgica, onde realizou a sua formação até ao final do 4º ano de medicina.

<sup>2</sup> A par do positivismo comteano, era divulgado um outro filósofo, Herbert Spencer (*Princípios de psicologia*, 1855; *Science Sociale*, 1882) que divulgava, na época, a necessidade de se desenvolver uma ciência social.

<sup>3</sup> Léon Walras, *Economia Política e Social*, Lisboa: Editorial inquérito, s.d., p.19. Veja-se também as obras de Blanqui, Jérôme Adolphe, *Histoire de l'Économie Politique en Europe*, (1837) e Garnier, Clément Joseph, *Traité d'Arithmétique Théorique et Appliquée* (1838) e *Eléments de l'Économie Politique*, (1845).

<sup>4</sup> Basílio Teles é um publicista dado que se considerava um comunicador de ideias. Ele escrevia para explicar, expor, analisar e criticar, com a finalidade de criar uma “opinião pública”. Nesta

passado e tomar as medidas correctas, como já preconizara, exemplarmente, Antero de Quental em *Causas e Decadências aos Povos Peninsulares* (1871). Como tal, o progresso é representado por uma concepção prática da experiência positiva humana<sup>5</sup>. É na precursão destes objectivos que se reflecte aqui, a possibilidade de Basílio Teles ter construído um ideário económico cuja premissa principal (analisada nos seus textos) seja a produção agrária.

### 1. A primeira fase

O universo de Basílio Teles estende-se, aos diversos saberes. Contudo é na envolvimento do caminho social, que especifica o seu rumo político, para o país. É na pluralidade dos saberes (análise de pessoas, acontecimentos, reacções económicas) que se constrói as suas ideias. Nessa reconstrução encontrou diversos teóricos, entre os quais, aqueles que dominavam o vector socio-económico.

Porém, nunca esqueceu o seu professor de liceu, Ribeiro da Costa e Almeida, nas suas análises textuais. O currículo do Liceu Nacional do Porto foi elaborado para um período de vários anos de estudos, cinco em concreto, divididos por sete cadeiras, entre as quais realçaria duas: a 7ª cadeira – “*Filosofia Racional e Moral e Princípios de Direito Natural*”; e a 8ª cadeira – “*Oratória Poética e Literatura Especialmente Portuguesa*”<sup>6</sup>.

O regente da 7ª cadeira foi, neste período, António Ribeiro da Costa Almeida. O seu percurso como professor iniciara-se em 21 de Abril de 1853, sendo então, nomeado para leccionar duas cadeiras: *Filosofia Racional e Moral e Oratória Poética e Literatura*<sup>7</sup>. É um dos intervenientes activos da reforma curricular de Fontes Pereira de Melo, no Liceu Nacional do Porto, ficando a reger a 7ª cadeira. O contacto de Basílio Teles com este professor foi essencial para a sua formação filosófica. Ainda como estudante teve o privilégio de compreender como a hermenêutica do seu professor de Filosofia podia ser importante para construir e amadurecer a sua personalidade e ideias. A argumentação de Ribeiro de Costa, na sua advertência à 2ª edição da obra “*Curso elementar de filosofia*”, mostra-nos uma concepção do ensino invulgar na época, ao advertir para a necessidade da utilização de fontes primárias como método privilegiado do ensino filosófico.<sup>8</sup> Este método fomentava o diálogo e a discussão filosófica, incitando os alunos a estudarem os textos e a praticarem a análise e o debate textual. Decerto que estes jovens preferiam este tipo de abordagem dos conhecimentos, pois permitia-lhes um enriquecimento filosófico. Como pedagogo, Ribeiro da Costa pretendia desenvolver no aluno as capacidades de análise e crítica. Por isso, na sua perspectiva, os alunos precisavam de consultar outras obras, que naquele tempo já eram exigidas nos liceus

---

época (tal como afirma Rui Ramos na *Segunda Fundação* (1994)), os letrados estavam imbuídos de ideologias que os faziam sentir e actuar não como simples técnicos de comunicação mas, tendo incorporado o papel de guiar o povo para um novo mundo.

<sup>5</sup> Jean-François Courtine *Kant Histoire et Politique*, Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1999, p.9.

<sup>6</sup> Luís Reis Torgal, «A instrução pública,» in: *História de Portugal*, vol. V, Lisboa: Circulo de Leitores, 1993, p.625.

<sup>7</sup> Júlio de Matos, *Materiais para a monografia do Liceu Nacional do Porto*, Porto: Tipografia, 1919, p.55.

<sup>8</sup> António Ribeiro da Costa, *Curso elementar de filosofia*, Porto: Tipografia de António José da Silva Teixeira, 1866, pp.3-4.

franceses, tais como o “*Discurso do Método*”, o “*Tratado do Conhecimento de Deus e de si mesmo*”, ou a “*Lógica de Porto – Real*”<sup>9</sup>.

Ao folharmos o manual de filosofia de Ribeiro da Costa, que data de 1866, observamos uma esquematização, e uma organização dos conteúdos, partindo do geral para o particular, do abstracto para o concreto, sendo o homem o objecto primordial de estudo. O homem ou o sujeito, em Ribeiro da Costa, era a essência da filosofia, e, deste ponto vista, dividiu o seu manual num conjunto de ciências específicas e articuladas de tal forma que, o sistema não podia funcionar sem que cada ciência específica cumprisse o seu papel, de forma equilibrada<sup>10</sup>. Desta forma – explicava-nos Ribeiro da Costa –, enquanto o sistema fosse coeso, o sujeito viveria em harmonia. Mas se houvesse uma rotura no sistema, isto é, se o homem entrasse em sofrimento ou morresse, gerava-se um desequilíbrio.

Mas para que o espírito humano edificasse, harmoniosamente, esta panóplia de saberes, era preciso um “*método*”<sup>11</sup>. O “*método*” era a forma de aplicar os conteúdos científicos ao desenvolvimento sistemático das partes que constituíam o sujeito, não deixando, contudo, de expor os princípios ou as leis que lhes estavam subjacentes. Ribeiro da Costa, advertia, porém, os alunos para o facto de a ciência e o homem formarem um todo. Assim, através da observação realizada pelo cientista, sabia o quanto os seus resultados eram necessários e úteis para a construção do sistema como um todo, isto é, para a constituição de uma “*teoria*”, que em grande parte – no que lhe dizia respeito – apoiou-se em Théodore Jouffroy (*Nouveaux mélanges philosophiques de l’organisation des sciences philosophiques*, 1842) e em G. Tiberghien (*La théorie de la connaissance* 1855)<sup>12</sup>.

O seu ideário evoluiu. Sobretudo interessava-lhe a harmonia do homem. Ele sabia que no momento em que surgisse um desequilíbrio o homem entrava em sofrimento. Que tipo de desequilíbrio? *crise económica e financeira* que o país atravessara em 1893, foi o seu ponto de partida. Basílio Teles utilizou um manancial informativo para aprofundar as suas investigações sociais. As marcas da experimentação e do evolucionismo estão enraizadas no seu pensamento.<sup>13</sup> A ideia de transformismo é, em Basílio Teles, posto ao serviço de uma visão optimista da aventura humana, cujas premissas descortinamos em H. Haeckel e Herbert Spencer.

Na Escola Médica-Cirúrgica, encontramos Basílio Teles realizando, juntamente, com Martins de Lima, Ricardo Jorge, Magalhães Lemos e Júlio de Matos, entre outros, os seus estudos no curso de 1874-1879.<sup>14</sup> É também neste período estudantil que Basílio Teles aprofunda a sua amizade com Carrilho Videira. Escrevem, em conjunto, com outros companheiros, o “*Almanaque Republicano para o ano de 1877*”, onde

---

<sup>9</sup> Idem, *Ibidem*, p.4.

<sup>10</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>11</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>12</sup> Aptud, Maria do Rosário Pinto, *O pensamento político social e económico em Basílio Teles*, a ser publicada brevemente pela Imprensa Nacional Casa da Moeda.

<sup>13</sup> Basílio Teles escreveu um artigo na *Harpa* (Julho de 1874), intitulado *Invenção curiosa*, onde cita um semanário científico, *La Nature* para justificar a invenção de um instrumento musical o pirofano.

<sup>14</sup> Maria do Rosário Pinto, op., cit., a ser publicada brevemente pela Imprensa Nacional Casa da Moeda.

criticavam abertamente a Monarquia.<sup>15</sup> Defendiam a prioridade do desenvolvimento agrícola. Criticavam o desenrolar da produção industrial, salientavam a importância socio-política da comuna e da escola e revelavam os méritos do federalismo, apontando o exemplo suíço. Estas ideias de Carrilho Videira estarão presentes nas diversas obras de Basílio Teles.

Ao seu redor observava um país rural, que vivia sobretudo de uma agricultura, embora já tivesse um cariz industrial. Porém as premissas presentes na economia eram de carácter agrícola. Perante as sucessivas crises financeiras, Basílio Teles sentiu necessidade de procurar soluções. A fome alastrava nas ruas, nos jornais, e nas obras escritas, sobretudo no Porto, cidade ligada por gerações ao suporte agrícola.

## 2. A construção de um ideário económico

A curiosidade intelectual levou-o a manusear, desde cedo, as sebentas os manuais como forma de aprendizagem e como ponto de partida para outras leituras mais específicas. Não é difícil pensarmos que tenha folheado com uma atenção redobrada as "*Princípios Elementares de Economia Política*" de Luís d'Almeida e Albuquerque, onde se terá familiarizado quer com os conceitos fundamentais da ciência económica quer com o imperativo da leitura de fontes primárias como Rodrigues de Freitas.<sup>16</sup> Inicialmente, as suas leituras detiveram-no, na A crise monetária e política (1876) de Rodrigues de Freitas –, onde decerto, Basílio Teles consultou, minuciosamente, antes de se lançar no estudo sobre o estado da economia no nosso país, depois da crise de 1890.

Após a crise de 1891, Basílio Teles, devido ao seu espírito inquieto e vivo, debruçou-se sobre as causas da crise económica que, naquele período cobria o país. Ao regressar do Brasil, em 1893, reatou as conversas com alguns dos seus amigos e companheiros. As finanças do reino tinham atingido o ponto de ruptura, tendo sido declarada parcialmente a bancarrota do Estado.<sup>17</sup> Ao mesmo tempo João Franco dava um novo rumo à "velha" política portuguesa ao assumir as funções legislativas. No ano de 1893, Rodrigues de Freitas demitia-se do cargo de deputado, denunciando a precipitação do regime político. Entre 1894 e 1896 o Parlamento esteve encerrado. João Franco, neste período de tempo, quis a sua reforma, sem no entanto, aboli-lo.<sup>18</sup> Depressa Basílio Teles compreendeu a necessidade de investigar as causas da crise económica que subsistia, no país.

Em conversa amena com o seu amigo de longa data, Martins de Lima, Basílio Teles, revelara-lhe, a ideia de escrever um estudo sobre economia portuguesa. Assim, no decorrer dessas conversas, Martins de Lima ter-lhe-á perguntado como pensava adquirir o conhecimento real da economia do dia a dia de um agricultor. Basílio Teles

---

<sup>15</sup> Idem, *Ibidem*, p.

<sup>16</sup> Albuquerque, Luís d'Almeida, *Noções Elementares de Economia Política*, Porto: Tipografia da empresa literária e tipográfica, s.d., pp.3-6. Não podemos deixar de referir, também, a obra de Ellis, William, *Princípios Elementares de Economia Política*, Porto, Tipografia de J.L de Sousa, 1854, que na época já se encontrava traduzida por J.S. da Silva Ferraz, como referência para uma primeira abordagem aos conceitos económicos.

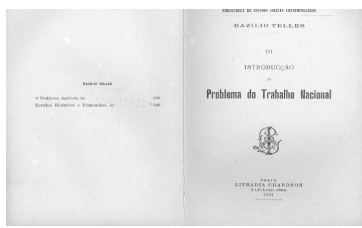
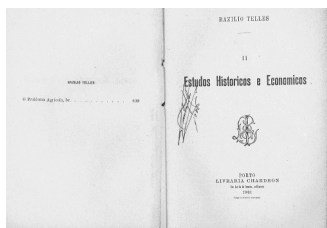
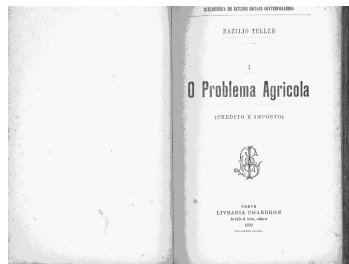
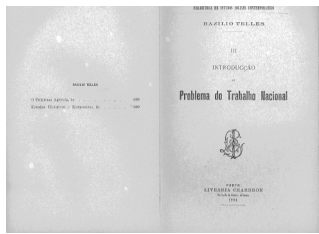
<sup>17</sup> Paulo Jorge Fernandes, «Política Económica», in: *História Económica de Portugal*, volume II, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p.393.

<sup>18</sup> Maria de Fátima Bonifácio, *O Século XIX Português*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p.118.

precisava de alguém que o elucidasse acerca de impostos, dos créditos, das despesas de uma família de agricultores e do tipo de contribuições. Martins de Lima respondeu-lhe, certamente, que conhecia a pessoa certa para lhe explicar tudo aquilo que precisava sobre finanças. Era um homem da Fazenda de Barcelos e amigo pessoal de Martins de Lima, António Augusto Almeida Azevedo. Esta figura vivia e trabalhava na Repartição de Finanças da cidade de Barcelos.<sup>19</sup> Ambos conversaram por diversas vezes, na casa de Barcelos de Martins de Lima, onde Basílio Teles se hospedara diversas vezes. Os serões passaram-nos a partilhar ideias republicanas acerca da situação política, económica e social concelhia. Estas tertúlias estiveram na génese do Clube Democrático Barcelense<sup>20</sup>.

A partir de 1896, houve um conjunto de mudanças práticas, na economia portuguesa, como a reorganização da Caixa Geral de Depósitos, a Caixa Económica a Caixa de Aposentações e o Montepio Geral.<sup>21</sup> No ano seguinte iniciou-se a reforma do regulamento das agências do Banco de Portugal. Em relação à contabilidade pública, a partir de 1903, foram aplicados mecanismos de cálculo que permitiam apresentá-la, anualmente, com o objectivo de tornar a fiscalização eficaz.

Foi, neste ambiente, que Basílio Teles se lançou, na escrita de pendor económico-social. Publicou, o seu programa de remodelação política e económica - social: “*O problema económico*” (1899); “*Estudos históricos e económicos*” (1901); “*Introdução ao problema do trabalho nacional*” (1902); *A carestia de vida nos campos* (1904).<sup>22</sup>



<sup>19</sup> Alguns anos antes, Martins de Lima, tinha dedicado a sua dissertação inaugural ao “*seu verdadeiro amigo Basílio*”, com o título “*A higiene e o trabalho das crianças*” (1880).

<sup>20</sup> Pinho, Victor, «O Clube Democrático Barcelense», in: *Barcelos Revista*, -2ª série - nº 3, 1992, p.69 – 99.

<sup>21</sup> Pedro Lains, *História da Caixa Geral de Depósitos 1876-1910*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002, p.237.

<sup>22</sup> A obra “*Agricultura*”, chega aparecer anunciada como estando no prelo (Lello & Editores) mas não foi editada.

Nos primeiros anos de 1900, a agricultura nacional reflectia uma opposição entre o Norte e o Sul, relativamente, à política vinícola. O contraste entre estas duas regiões residia no facto dos produtores do Douro obterem vinho de qualidade, mas com elevados custos de produção, enquanto a região do Sul produzia um vinho inferior mas com custos menores de produção. O poder político sem ouvir os intervenientes directos nestas assimetrias, levou a cabo um plano estratégico, para o agricultor, que em nada o beneficiou. Os intelectuais pediam uma reforma do sistema fiscal, no sector vinículo.

A remodelação dos impostos, decerto, que foi motivo de conversa, nos serões da Quinta de São Simão. Por diversas vezes Basílio Teles, discutiu a encruzilhada de impostos que ainda subsistia com práticas idênticas às do Antigo Regime com o seu amigo Martins de Lima. Por outro lado, António Augusto de Almeida Azevedo habituado a tais lides, na repartição das Finanças, queixava-se da complexidade de impostos e da dificuldade de fazer cumprir a lei, sobretudo no que respeitava às cobranças. Os três sentiam as dificuldades diárias que a população de Barcelos enfrentava, economicamente. Ambos percebiam a necessidade de se mudar de rumo político. Como tal Basílio Teles enquanto investigador social e António Augusto de Almeida Azevedo enquanto contabilista e cobrador de impostos decidiram analisar, minuciosamente, a política fiscal de Barcelos e construir uma alternativa viável em termos da teoria agrária.

Nesta fase epistolar com António Augusto de Almeida Azevedo Basílio Teles lançou-se numa investigação aprofundada sobre a teoria e a sua aplicação prática do imposto – numa perspectiva sociológica –, nas suas várias fases. Assim o afirmava:

«...deixando, pois de lado teorias mais ou menos engenhosas, apreciações às vezes justas mas que têm o defeito de confundirem os sintomas com a doença, e pontos de vista, talvez dignos de exame mas que apenas servem, no fundo, para ilustrar formas individuais de temperamento e de carácter; esquecendo até por um momento certos princípios, na aparência de que enfaticamente se denomina ciências económicas e políticas, ensaiemos, se, terra a terra, olhando as coisas como à mais vulgar observação e a um entendimento mediano aparecem na sua rotina diária, lograremos ver claro onde actualmente apenas reinam a confusão e a treva...».<sup>23</sup>

O publicista não aprovava a mesquinhez política, tornando-se muitas vezes, na sua opinião, um obstáculo à vivência partidária. Assim preferia combater, nos jornais e nas obras, que então publicava o seu programa de remodelação política e económica – social.

A sua investigação caminhou sobre um conjunto de variáveis económicas: o crédito, a propriedade rústica, a moeda, o trabalho e o imposto. É nesta confluência (Basílio Teles, Martins de Lima e António Augusto de Almeida Azevedo) que surgiu uma vasta e minuciosa correspondência, quase diária. Todavia, só alguns anos mais tarde, Basílio Teles e António Augusto de Almeida e Azevedo se teriam encontrado, por breves instantes, na cidade do Porto.<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> Basílio Teles, *O problema Agrícola (crédito e imposto)*, Porto: Livraria Chardron, 1899, p.56-57.

<sup>24</sup> Ver a correspondência, retirada do espólio de Basílio Teles com António Augusto de Almeida Azevedo, que se encontra na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

São as dúvidas de Basílio Teles, presentes na elaboração dos vários capítulos das suas obras, que levaram a António Augusto d'Almeida Azevedo, a pesquisar, a estudar e aprofundar os seus conhecimentos de finanças e fiscalidade. A verdade é que Basílio Teles antes de publicar esta panóplia de informação pediu autorização ao seu emissário, numa carta de 8 de Abril de 1906:

«Barcelos 8 de Abril de 1906  
Senhor Teles

*Tem autorização nossa para publicar todas as minbas cartas, pelo modo que muito bem quizer e entender, quer parcial, quer totalmente, publicando o nome de signatário ou não; e conseguindo se assim o entender os defeitos que lhe encontrar na redacção. As impressões que tenho pactuado são sinceras e leais, e não me envergonho de que elas sejam conhecidas.*

*Para lhe devolver a sua correspondência, parece-me que poderá servir o correio: mas não lhe mando hoje porque não sei se tem algum inconveniente nesta via de transporte, visto recomendar-me que lha mande por portador.*

*Diga-me, pois, se lhe posso mandar pelo correio, devidamente registada.*

*Hoje nada lhe digo sobre a sua última carta acerca da contribuição de registo. Realmente encontro dificuldade em organizar o registo da riqueza nacional de forma a suprimir os inconvenientes apontados pelo senhor Telles; mas creio que poderão esses inconvenientes ser superados em grande parte.*

*Sempre ao seu dispor e amigo muito dedicado.*

*António Azevedo.<sup>25</sup>*

Basílio Teles desenvolveu um conjunto de ideias sobre a produção agrária que expôs no "O Problema Agrícola" (1899), nos "Estudos históricos e económicos" (1901), na "A carestia de vida nos campos" (1902), assim como em diversos artigos publicados na imprensa periódica, tal como verificamos no quadro que a seguir apresentamos:

Verifica-se um número relativamente elevado de artigos relacionados com a temática agrária, (cerca de 22 artigos) sobretudo, no ano de 1907, onde surgem vários textos sobre a contribuição predial rural no jornal *Voz Pública*.

---

<sup>25</sup> Carta de António Augusto Azevedo de 8 de Abril de 1906, que se encontra no espólio de Basílio Teles, na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Quadro I: *A escrita periódica em Basílio Teles*<sup>26</sup>

Data	Periódico	Manifesto Político	Acontecimento político	Nº de artigos relacionados com a economia
1874	Harpa: <i>Invenção curiosa</i>			
1877	<i>Almanaque Republicano para o ano de 1877.</i>		-Surgia uma campanha	1
1880	<i>Pantheon:</i>		- Comemorações do Centenário de Luís de Camões	
1881	<i>O Positivismo</i>		- O Aniversário de Littré	
1884	<i>Revista de Estudos Livres; A discussão.</i>		Cisão que ocorreu no Partido Republicano Português	
1890	<i>A República Portuguesa: «O modus vivendi»</i>		O Tratado de 20 de Agosto de 1890	
1891		Manifesto dos emigrados da revolução do 31 de Janeiro de 1891		
1899	<i>A Voz Pública:</i> «A formula»; «Interrompendo»; «Lá e cá»; «O problema agrícola: crédito e imposto»; «O problema agrícola» (16 de Dezembro); «O problema agrícola» (19 de Dezembro); <i>O Século:</i> «O desenvolvimento da agricultura e a emphiteuse»		- Crise económica, emigração em massa para o Brasil.	4
1904	<i>A Voz Pública:</i> «Na véspera do fim».			
1905	<i>A Voz Pública:</i> «Na rua de Santo António»			
1906	<i>O Norte:</i> «Impostos»		Debate sobre a reformulação fiscal	1

<sup>26</sup> Salientamos que este levantamento de artigos em jornais não é definitivo. Poderão surgir alguns artigos noutros jornais da época.



1907	<p><i>A Luta</i>: «A revolução em Portugal» (30 de Janeiro); «A revolução em Portugal» (31 de Janeiro); «A revolução em Portugal» (1 de Fevereiro); «A revolução em Portugal» (2 de Fevereiro); «A revolução em Portugal» (29 de Fevereiro).</p> <p><i>A Voz Pública</i>: «Contribuição predial rústica - I»; «Contribuição predial rústica - II»; «Contribuição predial rústica - III»; «Contribuição predial rústica - IV»; «Contribuição predial rústica - V»; «Contribuição predial rústica - V I»; «Contribuição predial rústica - V II»; «Contribuição predial rústica - VIII»; «Contribuição predial rústica - IX»; «Contribuição predial rústica - X»; «Contribuição predial rústica - XI»; «Contribuição predial rústica - XII»; «Contribuição predial rústica - XIII»; «Contribuição predial rústica - X IV»; «Contribuição predial rústica - XV»; «Os de Campolide» (1 de Junho); «Resistências» (15 de Junho); «Serenamente» (22 de Junho); «Suspensos!» (6 de Julho); «Serenamente» (13 de Julho); «Serenamente» (20 de Julho); «Serenamente» (27 de Julho); «Serenamente» (3 de Agosto); «Parlamentarismo» (10 de Agosto); «O Tédio» (30 de Agosto); «Tédio» (7 de Setembro)</p>		<p>Basilio Telles afasta-se da vida partidária. Parte para o combate político através da escrita em jornais. Opõe-se à pauta alfandegária de João Franco. Coincide com o período de governação de João Franco.</p>	15
1908	<p><i>Ilustração portuguesa</i>: Fernão Magalhães.  <i>A Luta</i>: «A revolução em Portugal».</p>		<p>O movimento de 28 de Janeiro de 1908. O decreto de 31 de Janeiro de 1908. O 1 de Fevereiro de 1908: o regicídio.</p>	
1909	<p>O Debate: «Um documento importante».</p>		<p>O Congresso do PRP, em Abril, em Setúbal. Aqui são delineadas as estratégias políticas para preparar a revolução republicana.</p>	

1910	<i>A Pátria</i> : «A Santa Igreja de Roma». Coluna semanal na revista: <i>Nacional</i> . «Colizões»; «Origem de Portugal».		Debate sobre a separação política da Igreja do Estado. Abril de 1910 Congresso do PRP, na cidade do porto. A revolução republicana do 5 de Outubro de 1910. Basílio Telles é proposto para a pasta das Finanças.	
1911	<i>O Debate</i> : «Dr. Forbes Bessa». <i>Pátria</i> : «O crédito agrícola».		Organização e elaboração da Constituição de 1911. A opção de Basílio Telles por uma “ditadura transitória” (Ditaduras) e a construção de uma Constituição, no momento em que surgiam movimentos monárquicos na fronteira do Norte de Portugal.	1
1912	<i>O Debate</i> : «Antologia», <i>Águia</i> : «Excerto»		A desilusão face às politiquices que ocorrem na época levam-no a afastar-se. No entanto ainda é convidado por Manuel de Arriaga para formar governo. Não aceita.	
1919	O Jornal		Basílio Telles criava o Partido Republicano Conservador.	
1923	<i>Seara Nova</i> : «Apelo à Nação»; «Uma carta inédita».		Manifesto político onde Basílio Teles constrói uma solução política face à gravíssima crise portuguesa. Testamento político de Basílio Teles	

Durante o tempo epistolar que manteve com António Augusto de Almeida Azevedo demonstrou, constantemente, o seu método económico com observações práticas, no terreno. São inúmeras as missivas onde se estuda a fixação do preço dos produtos alimentares, o tipo de propriedade, os impostos e as suas cobranças, o nível dos gastos de uma família camponesa com os géneros alimentícios e as formas de trabalho no campo.<sup>27</sup> Basílio Teles ao invés dos seus contemporâneos, parte da observação sociológica directa dando com exemplo o concelho de Barcelos. Estudou a faina quotidiana do agricultor, barcelense. Aliás ele próprio escrevera:

<sup>27</sup> Nas diversas cartas que se podem ler, no espólio de Basílio Teles, entre 1902 e 1903, encontram-se na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

«... A preocupação estritamente teorizada, ou de crítica simples e de ciência pura, não a comporta a urgência de soluções, nem a pode consentir, por enquanto, o atraso relativo da ciência social.»<sup>28</sup>

O publicista utilizou a ideia preconizada por Kant, ao afirmar que o progresso surgia a partir de uma concepção prática da experiência humana.<sup>29</sup> Mais ainda, as doutrinas organicistas de Karl Krausser que tinham influenciado o pensamento científico na Faculdade da Universidade de Coimbra, integrando-se nas lições de Silvestre Pinheiro Ferreira, José Félix Nogueira e Adrião Forjaz Sampaio e, mais tarde, Marnoco e Sousa tiveram recepção, no método, adoptado por Basílio Teles para resolver os problemas económicos e as desigualdades sociais. A renovação política que se impunha não era mais que a percepção de um conjunto de saberes cuja trajectória se iniciara na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Apesar do horizonte teórico remeter para uma abertura intelectual, no restrito universo jurídico académico, referente às novas correntes do pensamento social, incrementaram-se as teorias kraussinas e incorporam-se, embora de forma ténue as teorias de Proudhon, durante a década de sessenta do século de XIX, entre as tertúlias estudantis. A divulgação das ideias aconteceu, inicialmente, na revista *O Instituto*, embora esta girasse, na órbita universitária.<sup>30</sup> A passagem para o domínio público, isto é, para a difusão realizara-se, mais tarde, nos jornais, nos cafés e nos clubes, onde era possível debater, criticar e criar os alicerces de um pensamento inovador, sobretudo com o propósito de solucionar a crise económica financeira, que teimava em não desaparecer.

Por seu lado, Basílio Teles realizara o seu percurso académico na Escola Médico-Cirúrgica onde a ciência era utilizada como um saber experimental, ao contrário daquilo que era usual na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Mais ainda, a atitude observativa incutida no aluno para analisar o doente, deu ao publicista a possibilidade de olhar o homem como um ser integrado num determinado grupo social e edificar uma modelação teórica. É neste contexto que emergem os exemplos práticos fornecidos pelo seu amigo António Azevedo, dando-lhe a hipótese de construir uma dinâmica de transformação económica e social baseada em factos concretos.

Pelo contrário, a estrutura socio-económica que sucedeu ao Antigo Regime – o sector motor –, não é a indústria, mas sim, o comércio externo e a agricultura dando oportunidade à emergência de uma sociedade capitalista, que pelo facto de não ser industrializada ficou num estágio de subdesenvolvimento em relação às potencialidades da época, ou seja, em relação aos países onde ao desaparecimento do Antigo Regime sucedeu um capitalismo industrial.<sup>31</sup> Por outro lado, a corrente exportadora, estava reduzida em 1891, enquanto que a importadora fazia o seu percurso numa trajectória ascendente. Contudo, a resposta não se fez esperar, e modificou-se a estratégia ampliando o comércio com África, escoando os produtos agrícolas desenhando alguma margem financeira. Renasceram novas possibilidades de investimento. As exportações

---

<sup>28</sup> Basílio Teles, *O problema agrícola Crédito e imposto*, Porto: Livraria Chardron, 1899, p.56.

<sup>29</sup> Emanuel Kant, *Historie et politique*, Paris: Librairie philosophique J. Vrin, 1999, p.9.

<sup>30</sup> Fátima Moura Ferreira, «Entre saberes: A centralidade do saber jurídico na consubstanciação da ordem liberal,» in: *Revista de História das Ideias*, vol. 24, 2003.

<sup>31</sup> Mirian Halpern Pereira, *Política e economia em Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa: Livros Horizonte, 1979, p.26.

portuguesas diversificaram os seus mercados em direcção aos países do Norte da Europa. Os produtos exportados eram a cortiça (bruta ou manufacturada) e as conservas de peixe. Assim o afirmou também Basílio Teles:

«...Ora se exceptuarmos a cortiça, e algum vinho e azeite, o facto é que há insuficiência na produção cerealífera...».<sup>32</sup>

Porém, os investimentos agrícolas cresciam na proporção inversa quando comparados com o desenvolvimento do sector industrial. Assim se concluiu que a diversificação ocorrida nas exportações portuguesas não chegou de modo algum para compensar a redução nas exportações do vinho que se verificaram em 1886.<sup>33</sup> As exportações portuguesas, nesta época, terão sido prejudicadas pela falta de recursos que servissem as expectativas dos países receptores, com a excepção da rolha (cortiça). Por outro lado, o crescimento das exportações estava condicionado pelo facto de Portugal ser em relação à Europa um país periférico, restringindo a procura de produtos que, os outros países poderiam oferecer, em condições benéficas, sobretudo devido à proximidade e à mobilidade da mercadoria. Eram necessárias mudanças estruturais na economia nacional.

Em seu entender, as ideias interligavam-se – no pensamento de Basílio Teles –, levaram-no, a construir e a promover o enquadramento prático da vida económica e social com o intuito de estabelecer relações de causa e efeito, enunciando leis que traduzissem regularidades observáveis.<sup>34</sup>

Assim o justifica:

«...Uma vez mais repetamos que – parcelamento, latifúndio, falta de capital e de crédito, sobrecarga e desigual distribuição do imposto, são os elementos finais a que tem sido possível reduzir a crise actual da agricultura. Os remédios propostos derivam do simples enunciado destas causas, e procuram naturalmente satisfazer as indicações que nelas virtualmente se contém...»<sup>35</sup>

Para ele existiam quatro formas distintas, mas não antagónicas, necessárias à construção do seu modelo económico: 1) a produção agrícola; 2) a propriedade rústica; 3) o trabalho; 4) o imposto.

A sua preferência pela agricultura evidencia-se, nos diversos artigos e nas suas obras escritas, pois o seu diagnóstico persistia, na vertente agrária. Como tal, a única forma de aumentar os resultados de produtividade e melhorias técnicas passavam, na sua concepção, por uma mudança, na forma do agricultor utilizar a terra: adoptando a tecnologia da época. Assim, apresentava um modelo de reorganização dos sistemas de propriedade e exploração agrícola.

Apesar de possuir uma matriz fisiocrata, utilizou sempre a ciência, mais propriamente, a economia política, como forma de estruturação do pensamento social. Por

---

<sup>32</sup> Basílio Teles, *op., cit.*, p.60.

<sup>33</sup> Pedro Lains, *A economia portuguesa no século XIX*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995, p.95.

<sup>34</sup> José Luís Cardoso, *História do Pensamento Económico Português*, Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p.50.

<sup>35</sup> Idem, *Ibidem*, p.68.

diversas vezes analisou o Código Civil, dando a entender que o Estado devia ser o regulador e o emissor das leis tendo sempre presente a finalidade de solucionar os problemas e as desigualdades sociais. Ele sabia que apesar da crise ser económica, era imperiosa uma resposta política, sobretudo ao nível do Estado. Basílio Teles pedia uma regulação jurídica para solucionar os problemas das desigualdades sociais:<sup>36</sup>

«...o Estado tem fatalmente que assumir iniciativas e garantir-se recursos onde quer e sempre que um grave problema histórico e as colectividades se não resolvem a tomá-las, e até, ao contrário, mais ou menos abertamente o embaraçam; e para se desempenhar deste seu dever elementar iniludível não tem senão os seguintes meios eficazes que os costumes lhe permitam: o imposto, o crédito, as pautas e ainda outros, que oportunamente teremos ocasião de explicar...»<sup>37</sup>.

Pressupunha que o direito através das suas acções jurídicas conseguiria regular a acção individual do homem. Neste sentido propunha que o Estado tivesse a função de legislador e regulador da riqueza de acordo com as propostas referenciadas nos manuais de Marnoco de Sousa.<sup>38</sup>

### **3. A importância do imposto**

A transmissão da ideia de que o Estado deveria ser um regulador social, leva-nos a entender a sua preocupação pelo cálculo do imposto. Ao folhearmos a sua prosa percebemos no seu programa de acção a temática do imposto. Também ele procurava demonstrar que muitas das desigualdades sociais provinham da inadequada distinção entre o imposto directo e o indirecto.

Desta forma compreendeu que o crescimento económico da produção agrícola estava dependente do mercado externo e das crises periódicas, que faziam oscilar o preço dos produtos.<sup>39</sup> Por outro lado, ele sabia que o crescimento da produção se fazia à custa do aumento da terra cultivada, só possível associando a uma aposta na inovação técnica. A juntar a esta panaceia de males, Basílio Teles, afirmava que a nossa agricultura precisava de um desagramento e de uma distribuição mais equitativa dos encargos fiscais que sobre ela pesavam. Era necessário e urgente uma remodelação da contribuição predial – criticando o legislador acrescentava –, deploravelmente, copiada de fora pela inconsciência burocrática.<sup>40</sup>

A sua crítica destacava a falta de aspectos práticos no que respeita à aplicação do imposto indirecto. Ao se optar por uma remodelação dos impostos directos, e a abolição de impostos indirectos, caminhava-se no sentido da justiça social. António Augusto de Almeida Azevedo – numa das suas epístolas –, respondia-lhe que os impostos directos

---

<sup>36</sup> José Luís Cardoso, *História do pensamento económico português*, Lisboa: livros Horizonte, 2001, p.51.

<sup>37</sup> Basílio Teles «O problema agrícola» in: *A Voz Pública*, 16 de Dezembro de 1899; Porto; Ano 10, nº2:989; 1ª pág.

<sup>38</sup> José Luís Cardoso, *História do Pensamento Económico Português*, Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p.50.

<sup>39</sup> Idem, *Ibidem*, p.68.

<sup>40</sup> José Luís Cardoso, *História do pensamento económico português*, Lisboa: livros Horizonte, 2001, p.51.

eram os mais racionais, admitindo, no entanto, a necessidade de se encontrar uma fórmula para os distribuir, equitativamente. A ideia de Basílio Teles premiava-se pela simplificação e justiça social do imposto directo:

«...Eis em linhas gerais, a reforma tributária que convêm propor ao país, sem medo de se ofender interesses legítimos, nem prejudicar fortuna pública; por isso que assenta em princípios económicos e de justiça social (...). Estes princípios são:

1º Só é matéria de incidência de imposto riqueza em via de produção ou riqueza capitalizada; 2º O imposto deve ser lançado ao produtor dessa riqueza; 3º toda a riqueza transferida por um acto de compra e venda deve isenta do tributo; 4º Deve ser igualmente isenta, toda a riqueza que representa para seu possuidor um parco recurso de existência; 5º O imposto deve ser múltiplo, por necessidade de uma distribuição equitativa, mas pouco variado, por serem poucas as formas diversas de riqueza sobre que pode recair. As principais são: selo e seus frutos, Jazigos minerais, construções civis, artefactos, papéis de crédito e moeda. É por isso que a multiplicidade excessiva de dos impostos em vigência é fortemente nominal (...); 7º O imposto deve ter, quando ser de posse, um só indicador, insofismável e simples; 8º E deve ter finalmente, e duplo carácter de rendimento fiscal e de regulador de produção e capitalização (...).<sup>41</sup>

O publicista propunha, então, uma reforma estruturante do sistema fiscal em relação à riqueza predial de forma a terminar com os vícios subjacentes à forma de calculo matemático do sistema de quoticidade, aliada às matrizes obsoletas que geravam desigualdades e erros inaceitáveis como base de tributação. Nesse sentido, em 1907, escreveu um conjunto de artigos, no jornal “*A Voz Pública*”, intitulados a “*Contribuição predial rústica*”. Para realizar tal trabalho, fez uma análise aprofundada às diversas variáveis do imposto, questionando amiudadas vezes, António Augusto de Almeida de Azevedo.

Assim podemos observar no quadro – II, os conceitos e variáveis analisados por Basílio Teles e quantificar o número de vezes e situações em que são realizados os cálculos matemáticos na perspectiva de encontrar uma solução onde estivesse presente o conceito de justiça social:

---

<sup>41</sup> Basílio Telles «O problema agrícola» in: *A Voz Pública*, 16 de Dezembro de 1899; Porto; Ano 10, nº2:989; 1ª pág.

**Quadro II - Os conceitos analisados na correspondência entre  
Basílio Telles e António Augusto de Almeida Azevedo**

Conceitos	Cartas	Quantificação
Contribuição Predial	25 de Março 1903; 9 de Abril de 1903; 26 de Abril 1903; 3 de Junho de 1903; 28 de Março de 1904; 10 de Dezembro de 1905; 2 de Fevereiro de 1906; 18 de Fevereiro de 1906; 3 de Março de 1906; 18 de Março de 1906; 15 de Abril de 1906; 13 de Abril de 1911; 16 de Março de 1911;	13
Contribuição de Registo por título Gratuito	2 de Dezembro de 1905; 10 de Dezembro 1905; 21 de Dezembro de 1905; 25 de Março de 1906; 19 de Dezembro de 1909;	5
Contribuição Comercial	25 de Março de 1903	1
Contribuição Suntuária	10 de Dezembro de 1905; 26 de Fevereiro de 1906; 12 de Abril de 1906;	3
Contribuição do Registo Oneroso	25 de Março de 1903; 25 de Março 1903; 9 de Abril de 1903; 10 de Dezembro de 1905; 17 de Dezembro de 1905; 21 de Dezembro de 1905; 29 de Dezembro de 1905; 8 de Abril de 1906;	7
Contribuição industrial	10 de Dezembro de 1905; 4 de Fevereiro de 1906; 18 de Fevereiro de 1906; 3 de Março de 1906; 17 de Junho d1906;	5
Contrato Mútuo	3 de Fevereiro de 1904	1
Selo	19 de Junho de 1903; 29 de Maio de 1903; 24 de Março de 1904; 10 de Dezembro de 1905; 4 de Fevereiro de 1906; 4 de Junho de 1906; 17 de Junho de 1906;	7
Isonções	10 de Dezembro de 1905; 26 de Fevereiro de 1906	2
Liquidação// Cobrança	19 de Junho de 1903	1
Conceito de Alienação	25 de Março de 1903	1
Rendimento colectável	3 de Junho de 1903; 28 de Janeiro de 1906;	2
Divisão de rendimentos	14 de Abril de 1903	1
Exercício corrente	19 de Junho de 1903	1
Manifesto	17 de Dezembro de 1903	1
Adicionais	25 de Abril de 1902; 29 de Março de 1903; 10 de Dezembro de 1905; 3 de Março de 1906; 12 de Abril de 1906;	5
Dividas incobráveis	23 de Abril de 1904;	1
Imposto de rendimento	25 de Abril de 1902; 29 de Março de 1903;	2
Imposto do real de água	25 de Abril de 1902;	1
Imposto da cultura	21 de Dezembro de 1905; 10 de Janeiro de 1906; 21 de Janeiro de 1906;	3
Imposto territorial	10 de Janeiro de 1906; 18 de Março de 1906;	2
Décima de Juros	20 de Janeiro de 1904;	1
Supressão da décima de juros	26 de Abril 1903;	1

Como se ilustra no quadro – II, foi-nos possível contabilizar o número de cartas de Basílio Teles, onde questiona o seu amigo António Augusto de Almeida Azevedo acerca da Contribuição Predial, em particular, a propriedade rústica. No que respeita aos impostos adicionais são 5, as epístolas e, relaciona-se com o mecanismo de aplicação fiscal. A mesma questão se põe em relação ao selo, com 7 cartas, explicativas sobre o seu funcionamento prático. Na maioria destas cartas utiliza-se cálculos matemáticos e financeiros para se chegar a um resultado concreto.

O publicista remetia para o Estado a função de exigir a liquidação do imposto. Aqui se entende que o governo não tinha apenas o papel de harmonizar os interesses individuais mas, deveria intervir na vida económica do País. De facto a concepção subjacente a este modelo de sociedade sugeria uma ordenação pré – estadual dos indivíduos e das coisas, que novas identidades começavam, a delinear, no palco jurídico do mercado<sup>42</sup>.

No limiar do século XX surgem novos modelos de projecção com a finalidade de promover o desenvolvimento das forças produtivas, mobilizando as classes dirigentes e o Estado de forma a responder á nova dinâmica do mercado. Também Basílio Teles conhecia a importância do imposto como factor regulador e de controlo social. Nesta perspectiva construiu uma proposta de remodelação tributária, que apresentamos no Quadro – III, onde se evidencia aquilo que pretende simplificar, abolir e continuar em termos de lei tributária.

**Quadro III – Proposta de remodelação tributária de Basílio Telles<sup>43</sup>**

<b>Tributação</b>	<b>Continuar</b>	<b>Simplificar/ Grupo de expressões</b>	<b>Suprimir/ Grupo de expressões</b>
Contribuição predial, rústica e urbana	Continuar...	"...renovar e simplificar..."; "... a contribuição urbana deve aumentar sobre o aluguer dos prédios urbanos e não sobre o capital imobilizado dos prédios..."; "... acabaria com a isenção da contribuição predial..."	...
Contribuição industrial, fabril, profissional e comercial	Continuar...	"... renovar e simplificar..."	....
Imposto de rendimento	Continuar...	"...Deixando a parte elementar compreender os rendimentos sujeitos actualmente à décima de juros e contribuição bancária; e a parte complementar compreender uma taxa progressiva para todos os rendimentos já sujeitos a outras contribuições, desde que atingissem importâncias consideráveis, imposto para ricos..."	...
Contribuição de registo	Continuar e remodelar...; deixa de haver registo oneroso e gratuito	"... a cobrar pela aquisição de propriedades produtivas, mobiliária, imobiliária, desde que representem capitalização de riqueza..."	....
Contribuição de registo gratuito		"... o imposto só afecta a pessoa que recebe..."; "... as isenções ou benefícios aos menores exclusivamente sobre as condições de quem recebe..."; "... as de certo valor a favor de pessoas que não tenham para recursos próprios de existência senão a herança ou o legado..."; "... Essa verba só poderá desaparecer com remodelação do nosso sistema tributário ou desta contribuição..."	...suprimir...

<sup>42</sup> Luís Brandão, «As ideias da Positividade», in: *História do Pensamento filosófico português, século XIX*, tomo I, Lisboa: Circulo de Leitores, 2004, p.243.



Selo	...continuar...	"...profundamente reformado..."	
Os direitos de mercê	...	"... a maior parte das vezes o feliz, que é nomeado, ou vende o cargo por bons contos de reis, ou o arrenda, tal e qual como se faz a qualquer propriedade rústica ou urbana..."  "... convinha suprimir por completo os direitos de mercê desde que sejam reformados e corrigidos os processos de nomeações..."	...suprimir...
Emolumentos das alfândegas	...	"... é uma das muitas receitas que devem desaparecer das contas públicas, mas que só com a reforma dos serviços públicos se pode conseguir..."	...deve desaparecer...
Taxa territorial	...Continuar e remodelar...	"... Estabelecer uma taxa geral... temos que notar que a produção natural do solo é mais ou menos equivalente em todas as partes do país e quando o não forem deve suportar modificações..."; "... deve aumentar sobre a produção natural ou sobre a capacidade produtora da terra..."	...
Décima de Juros, contribuição bancária,	Remodelar completamente passando a ser um único imposto de rendimento;		...suprimir...
Imposto de rendimento	... o imposto de rendimento em duas classes: elementar e complementar	"... Na parte elementar compreenderia todos os rendimentos de capitais aplicados no país sujeitando-os a uma taxa uniforme, na parte complementar estabeleceria taxas complementares e progressivas para os rendimentos que atingissem somas importantes..."	...
Os emolumentos judiciais	...reforma profunda...	"... acbo justo que paguem emolumentos por actos judiciais..."	....

Observa-se no quadro - III que Basílio Teles se propunha suprimir alguns impostos tais como: a contribuição do registo gratuito, os direitos de mercê e os emolumentos da alfândega. Noutros, analisa a causa efeito e apresenta alterações que vão desde de uma simplificação, como é o caso da taxa territorial, o imposto de rendimento e a contribuição de registo. Por fim chega mesmo a sugerir uma reforma profunda no caso dos emolumentos judiciais.

Outro exemplo do intervencionismo do Estado – na opinião Basílio Teles –, é a reforma tributária projectada, ao longo da vida para o contribuinte. Ligou-a sempre à propriedade. Aliás para o publicista a renovação da agricultura tinha subjacente a contextualização da propriedade, do capital e do crédito e a má distribuição do imposto.<sup>44</sup> E, acrescentava:

«...Igualmente nos cumpre elucidar que nem sempre se faz ascender o imposto predial à categoria de elemento preponderante na crise agrícola actual, considerando-se ... o excesso de impostos em geral como um daqueles encargos que dificultam a vida do nosso povo e embaraçam a produção...»<sup>45</sup>.

<sup>43</sup> Basílio Teles, *Estudos Históricos e Económicos*, Porto: Livraria Chardron, 1901, p.294.

<sup>44</sup> Basílio Teles, «Impostos», in: *O Norte*, Quinta-feira, 5 de Abril de 1906; Porto, 7º ano; 1:916; 1ª pág.

<sup>45</sup> António Manuel Hespanha, «Instituições e quadro geral», in: *História Económica de Portugal*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p.435.

Deste modo, seriam benéficas, todas as medidas que o Estado tomasse para fomentar a agricultura, regular e reformular o imposto, normalizar a emissão de moeda. Basílio Teles apoiava a ciência estadística, que na Faculdade da Universidade de Coimbra tinha sido sintetizada por Marnoco de Sousa:

«... O Estado não é um mal necessário [...] mas a emanação das forças vivas e intelectuais de um país, tendo a favorecer o seu desenvolvimento em todas as direcções, representando a justiça, a civilização e o progresso [...] A liberdade do individuo deve ser respeitada, [...] mas deve ser submetida às regras da moral e da equidade, que compete ao Estado impor e garantir.»<sup>46</sup>

Aliás, Marnoco de Sousa, alguns anos mais tarde retomou esta ideia explicando o elemento político que integrava o fenómeno financeiro:

«...porque pressupõe e implica necessariamente a existência de um Estado, com a sua organização política e administrativa. As instituições financeiras assentam sobre o direito que o Estado tem de obter os meios necessários para a sua conservação e desenvolvimento. E esse direito não é outro senão o da soberania, principio essencialmente político. [...] É o direito que os representantes de nação têm de fixar as despesas públicas e de votar impostos.»<sup>47</sup>

O desejo de uma economia estável pressupunha a organização de um Estado, – argumento seguido por Basílio Teles –, como ponto de partida para uma agricultura produtiva. Já em 1895, ele tinha realizado uma palestra no Congresso dos Viticultores Portugueses, onde afirmara que, o Estado antes de mais tinha que regularizar o regime financeiro de forma a poder estabilizar as suas receitas. Nestas palavras estava implícito a reorganização do imposto:

«O Estado tem a obrigação estrita de fazer razoavelmente o que puder em matéria de equidade...»<sup>48</sup>.

#### **4. A repercussão das suas ideias**

O eco das suas ideias surgiu na reforma de José Relvas em 1910. Será que Relvas ouviu, nas palestras republicanas, Basílio Teles? Decerto que conhecia as directrizes de Basílio Teles, amplamente, divulgadas nas obras impressas e nos artigos de jornais. A sua preocupação nos primeiros dias que se seguiram à revolução do 5 de Outubro de 1910 foi a publicação do Decreto de 17 de Outubro de 1910, sobre a circulação fiduciária e a emissão de notas de prata. Esta – na sua opinião –, não tinha sido acompanhada de um despacho indicativo da proibição de uma emissão de notas de ouro, criando, assim, um lucro abusivo para o Banco de Portugal, que tinha como intermediário o Estado. Basílio Teles acabou por desabafar:

---

<sup>46</sup> Carta de António Augusto de Almeida Azevedo, de 3 de Março de 1906, que se encontra no espólio de Basílio Teles na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

<sup>47</sup> Basílio Teles, *O problema agrícola*, Porto: Livraria Chardron, 1899, p.66.

<sup>48</sup> Basílio Teles, op., cit., p.67.

«...Nunca tão pequeno documento oficial me impôs análise mais demorada e aborrecida. Inúmeras vezes o li, bastantes interrompi a sua apreciação lentamente prosseguida, e não obstante, agora que uma vez mais o releio, e repasso a vista pelo relatório do Banco, surgem no meu espírito as mesmas perguntas sem resposta....».<sup>49</sup>

Mais adiante repetia nesse pequeno opúsculo a necessidade de se ter umas finanças solidamente organizadas. Sem este princípio não valeria a pena iniciar as reformas económicas.<sup>50</sup> Basílio Teles percepcionava a evolução que se perspectivava quer na sociedade quer no meio intelectual talvez porque o racionalismo científico (física e matemática) se tornara um novo paradigma a partir do qual teriam que solucionar a crise dos fundamentos teóricos. A sociedade contemporânea (à qual Basílio Teles pertencia) avançava numa mobilidade e numa complexa combinação de possibilidades construídas exigindo reformas sociais e económicas a que o poder político nem sempre correspondia.

A mensagem de Basílio Teles fora divulgada nos diversos congressos quer do Partido Republicano quer nas Associações de Agricultores ou de Viticultores que se tinham realizado no final do século XIX ou na primeira década do século XX. Mas a modelação do seu pensamento também aparecia nos diversos jornais e nas suas inúmeras obras impressas. Basílio Teles tornara-se, numa figura pública, não pelos cargos políticos, mas pela sua inteligência e pela sua ferocidade intelectual. O escritor estava, intrinsecamente, ligado aos diversos artigos que publicava. A sua reflexão jornalística tinha um pendor científico e valorizava os aspectos históricos e políticos das controvérsias vividas, mas também representava, nalguns casos, uma doutrina filosófica. Cruzavam-se, reescreviam-se, reinterpretavam-se as realidades sociais. É nesta modelagem que Basílio Teles surgiu como modificador do pensamento e como tal o representante de uma opinião pública.

Neste contexto, recebeu e ouviu por diversas vezes o seu discípulo Ezequiel Campos, tal como é o exemplo desta epístola:<sup>51</sup>

---

<sup>49</sup> José Ferreira Marnoco de Sousa, *Lições de Economia Social*, Coimbra: França Amado, 1900, pp.349 e seguintes.

<sup>50</sup> José Ferreira Marnoco de Sousa, *Tratado de Ciências das Finanças*, Coimbra: França Amado, 1916, p.12-13.

<sup>51</sup> Basílio Teles, «O imposto e o crédito Agrícolas», in: *Imposto Agrícola*, Porto: Livraria Chardron, 1899, pp. 263 e seguintes. (É um apêndice que aparece incorporado no final do livro, inserindo a comunicação realizada no Congresso dos Viticultores em 1895)

*Pova de Varzim, 4 de Agosto de 1918*

*Ex.<sup>a</sup> Senhor*

*Perdoa-me importunar V. Ex.<sup>a</sup> Em sinal de muita admiração por quem me tem proporcionado boas horas de convívio educativo desejo oferecer a V. Ex.<sup>a</sup> estas páginas insignificantes.*

*Dei ordem, há um ano, para enviarem a V. Ex.<sup>a</sup> um outro escrito sem valor que publiquei: "A Conversão da Riqueza Nacional". Se não foi entregue, e se V. Ex.<sup>a</sup> quiser dar-me o prazer de o aceitar, não tem mais que avisar o Lello.*

*De V. Ezequiel admirador venerado.*

*Ezequiel de Campos*

Com ele analisou e discutiu os diversos pormenores que assolavam a Assembleia Nacional Constituinte (1911). Ezequiel de Campos debatia-se, a seu modo, pelo fomento do País, tal como o concebia. Em 1913 publicava a *Conservação da Riqueza Nacional*, onde demonstrava a necessidade de se promover o aproveitamento dos rios para a produção de energia eléctrica suficiente para o abastecimento do País. Entendendo, claro, que a abundância de energia eléctrica, a preços competitivos, como condição essencial para o desenvolvimento da riqueza nacional, como motor da actividade agrícola. Decerto deu a conhecer os pormenores da sua obra "A evolução e a Revolução agrícola" (1918) a Basílio Teles.<sup>52</sup> A agricultura e o comércio continuavam a representar as suas preferências enquanto os seus capitais eram colocados, em montantes cada vez mais elevados, no exterior. Poucos estímulos – por parte da elite política –, eram suscitados à engenharia de forma a promover actividade económica do País. O sector industrial continuava a ocupar uma posição secundária em relação ao agrícola. Assim se manterá por largos anos, embora a sua importância seja maior do que o sugerido pela reduzida percentagem de população activa que ocupa. Era esta percentagem de população activa que assegurava o grosso das exportações nacionais. É um sector maioritariamente explorado de forma artesanal ou manufactureira, que se manteve dominado pelas indústrias mais tradicionais, sobretudo a têxtil e a alimentar (conservas de peixe e moagem), e alguma química (resinosos e adubos). Neste tecido a indústria pesada (metalurgia) prima pela ausência. Poucas são as unidades industriais inovadoras e essas encontram-se fortemente ligadas ao sector agrícola e muito concentradas, na área da grande Lisboa.<sup>53</sup>

Quirino de Jesus em colaboração com o engenheiro Ezequiel de Campos publica "*A crise Portuguesa/ Subsídios para a política de reorganização nacional*" (1923), que era uma síntese dos artigos publicados por ambos no "*Economista português*".<sup>54</sup> Não assinou o manifesto da Liga da Acção Nacional mas, apoiaria a solução partidária que teve por base um segmento da elite sidonista, e Basílio Teles, o redactor dos documentos

---

<sup>52</sup> Basílio Teles, III – *A Constituição IV – As Finanças*, Porto: Livraria Moreira-Editores, 1911, p.52.

<sup>53</sup> Basílio Teles, *op., cit.*, p.54-55.

<sup>54</sup> Carta de Ezequiel de Campos a Basílio Teles que se encontra no espólio de Biblioteca Pública Municipal do Porto.

programáticos. Este partido surgiu com o nome de *Partido Republicano Conservador* entre Abril e Dezembro de 1919. Mais uma vez fora proposta uma solução económica onde a agricultura era chave do problema.

O último encontro das elites intelectuais portuenses com a presença de Basílio Teles teve lugar no “*Apelo à Nação*”. De novo as ideias económico-financeiras, foram exprimidas pelo grupo da Seara Nova.<sup>55</sup> Entre os 61 subscritores encontrava-se Basílio Teles, Quirino de Jesus e Ezequiel de Campos. Todos eles tinham uma ideia em comum: reformar a agricultura e incrementar uma produção agrária moderna associada à tecnologia.

Seguindo o pensamento de Husserl de que são os filósofos que devem compreender a crise e contribuir para a solução através da prática de naturalismos cientistas, poderemos incluir nesta perspectiva Basílio Teles. O alvorecer do século XX surge aliado à confiança que os filósofos depositam na ciência como axioma da harmonia da natureza de forma a construírem as reformas políticas, sociais, económicas. Basílio Teles percebeu tal como Ernest Renan que a ciência encerrava o futuro da humanidade, aliás era a única a ter voz activa no destino e a ensinar-lhe o modo de atingir o seu fim.<sup>56</sup>

O desafio que este trabalho abre, para um outro, com um maior aprofundamento que não cabe aqui é, justamente, perguntarmos se Basílio Teles terá sido efectivamente o autor de uma corrente económica agrária, no início do século XX, no Norte.

*Maria do Rosário Machado*  
*Universidade Católica Portuguesa*

---

<sup>55</sup> Ezequiel de Campos foi deputado à Assembleia Nacional Constituinte (1911), Professor Catedrático no Instituto Superior de Comércio e na Faculdade de Engenharia, do Porto. Dividiu a sua actividade de “*servidor público*” pelas mais variadas estâncias do Poder: Ministro da Agricultura no Governo de Domingos dos Santos (1924-1925); Chefe de Brigada de Estudos Hidráulicos dos rios Douro, Cavado e Tejo; Director dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto; Procurador à Câmara Corporativa com intervenções nas áreas da electricidade, das finanças, da economia geral e da administração pública.

Participou na fundação do Grupo Doutrinário e Crítico da “*Seara Nova*”, ligação intelectual que evidência, desde logo, as suas preocupações cívicas pela construção e pelo futuro do “*País Real*”.

Nos “*jogos do poder*” arriscou o caminho difícil da integração e da equidistância. A colaboração e a amizade com Quirino de Jesus (1865-1935) coexiste nos laços de convivência intelectual com António Sérgio (1883-1969), com quem se carteia no mesmo momento que o faz com António de Oliveira Salazar (1889-1970). Não é difícil, assim, compreender e aceitar as implicações do seu percurso político, se o analisarmos à luz dos condicionalismos que o poder impõe à actividade intelectual quando esta vive e se alimenta, quase exclusivamente, de grandes projectos de natureza social, económica e tecnológica que não podem dispensar vontade política e bases financeiras seguras.

Ezequiel de Campos entregou-se devotadamente a trabalhos de investigação, teórica e prática, nos domínios da hidráulica aplicada – estudos dos problemas de irrigação do Alentejo, levantamento topográfico e determinação das bacias hidrográficas, estudo do aproveitamento hidroeléctrico da Bacia do Douro – e da electrificação: projectos da cidade do Porto e da Póvoa de Varzim.

<sup>56</sup> Maria Fernanda Rollo, *Engenharia e história: percursos cruzados*, p.6-7.